

EDUCAÇÃO SEXUAL INCLUSIVA EM ESCOLAS REGULARES

Isabella Mota Colombo¹

Fátima Elisabeth Denari²

Universidade Federal de São Carlos

Eixo Temático 2: Propostas Curriculares e Práticas Pedagógicas

RESUMO

Este estudo trata da Educação Sexual destinada a alunos com deficiências em escolas regulares. Pouco se sabe a respeito da sexualidade das pessoas com deficiências e por isso estas acabam ficando à margem de uma Educação Sexual abordada em ambiente educacional. Assim, como objetivo buscou-se investigar, por meio da revisão de literatura, as produções acadêmicas desenvolvidas em escolas regulares a respeito da Educação Sexual destinada a alunos com deficiências, caracterizando, pois, uma revisão bibliográfica. O mapeamento foi realizado no site do Portal de Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os seguintes termos de busca: “educação sexual inclusiva”, “educação sexual inclusiva X alunos com deficiências”, “sexualidade X alunos com deficiências” e “educação sexual X deficiência”. Com a busca, 4 artigos foram selecionados por se enquadrarem nos critérios de inclusão estabelecidos. As publicações variaram dos anos de 2000 a 2017. Entre os artigos selecionados dois apresentam uma proposta de programas de Educação Sexual inclusiva para ser trabalhada com alunos com deficiências em ambiente escolar regular, porém o foco de um destes artigos foi a deficiência intelectual e o outro artigo buscou apresentar a visão dos professores frente a essa temática. Um dos artigos apresentou uma intervenção realizada em uma escola sobre Educação Sexual destinada a alunos com deficiência física, mostrando que é possível fornecer orientações sexuais a alunos com deficiência; e um outro estudo focalizou os alunos com algum tipo de deficiência auditiva, comparando as respostas destes com as respostas de alunos típicos sobre planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis e uso de contraceptivos. Com o presente estudo, conclui-se que ainda são poucas as iniciativas de Educação Sexual destinada a alunos com deficiências em escolas regulares.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Sexual. Sexualidade.

¹ Graduada em Licenciatura em Educação Especial e atualmente Mestranda em Educação Especial ambos pela Universidade Federal de São Carlos – bellacolombo@hotmail.com

² Graduada em Estudos Sociais pela Associação de Escolas Reunidas de São Carlos (1976), graduação em Complementação Pedagógica pela Faculdade São Luiz (1986), mestrado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (1984) e doutorado em Metodologia do Ensino pela Universidade Federal de São Carlos (1997) – fadenari@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade manifesta-se em todo ser humano. Atualmente, as pessoas com deficiências vêm conquistando inúmeros direitos, como acesso à educação, saúde e à vida social, por exemplo, mas pouco tem conquistado no sentido de incentivar a manifestação da afetividade da sexualidade dessas pessoas (MAIA; ROBEIRO, 2010). Dessa forma, as pessoas com deficiências acabam ficando à margem da Educação Sexual, pois há muitos mitos que ainda envolvem sua sexualidade.

De acordo com Maia (2006), uma Educação Sexual adequada ofertada à alunos com deficiências deve proporcionar condições para que eles consigam diferenciar comportamentos sexuais adequados e inadequados, para que compreendam sobre gênero, corpo, respeito e saúde sexual; tendo principalmente, cunho preventivo.

Oficialmente, a Educação Sexual foi inserida no contexto das escolas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que prevê a abordagem da sexualidade feita de maneira transversal aos demais conteúdos e disciplinas, considerando que esta deva contribuir para o bem estar dos alunos, ofertando informações sobre autoconhecimento e reflexão da própria sexualidade para, dentre outros fatores, prevenir contra o abuso sexual (BRASIL, 1997).

No entanto, os PCN não estão mais em vigência, pois no ano de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada. Na BNCC não há uma seção específica destinada à Educação Sexual e discorre que os objetos de conhecimento como o corpo, gênero e sexualidade devem ser discutidos segundo diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, corroborando com a defesa de que o corpo deve ser educado para produzir o padrão normativo (SOUZA JUNIOR, 2018).

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo investigar, por meio da revisão de literatura, as produções acadêmicas desenvolvidas em escolas regulares a respeito da Educação Sexual destinada a alunos com deficiências.

2 MÉTODO

O estudo caracteriza-se por uma revisão bibliográfica. O mapeamento foi realizado no site do Portal de Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os seguintes termos de busca: “educação sexual inclusiva”, “educação sexual inclusiva X alunos com deficiências”, “sexualidade X alunos com deficiências” e “educação sexual X deficiência”.

Os critérios para inclusão das produções foram: ser artigo, estar em língua portuguesa e tratar exclusivamente da Educação Sexual de alunos com deficiências em escolas regulares.

3 RESULTADOS

Na consulta feita com o termo de busca “educação sexual inclusiva” foram encontradas 148 produções, porém somente 2 foram selecionadas por meio da leitura dos títulos e dos resumos. Com o descritor “educação sexual inclusiva X alunos com deficiências” as produções encontradas totalizaram 20, mas nenhuma se enquadrava nos critérios de inclusão propostos. Com o termo “sexualidade X alunos com deficiências” 59 trabalhos foram encontrados, mas nenhum foi selecionado por não se enquadrar nos critérios deste estudo. E com o último descritor utilizado “educação sexual X deficiência” as produções totalizaram 431, no entanto apenas 2 foram selecionadas por meio da leitura atenta dos títulos e resumos.

É válido ressaltar que as duplicações encontradas foram descartadas e que em suma, totalizaram-se 4 artigos selecionados. As publicações dataram do ano 2000, dois do ano de 2010 e 2017. A seguir serão abordados somente os artigos selecionados segundo os critérios estabelecidos focalizando seu referencial teórico, metodologia abordada e resultados encontrados.

O estudo desenvolvido por Costa (2000) surgiu de um trabalho final de uma disciplina chamada “O processo educacional: saúde ou alienação”, do 8º semestre do curso de Psicologia da PUC-SP e foi baseado em um projeto da disciplina de Prática de Ensino em Psicologia II no curso de Licenciatura, objetivando dar continuidade ao trabalho voluntário de Orientação Sexual a adolescentes de escolas públicas e particulares, desenvolvido em parceria com o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual desde o ano de 1996. Foram feitas oficinas com temáticas abordando a Educação Sexual. Ocorreram

3 encontros com cada turma trabalhada (6^a a 8^a série do Ensino Fundamental e da 1^a a 3^a série do Ensino Médio) e em duplas. A escola incluía apenas alunos com deficiência física e esta foi o foco deste artigo. Primeiramente, a autora trata da adolescência e a relaciona com a deficiência física alegando ser nesta fase que ocorre o surgimento das primeiras manifestações sexuais; que todos os adolescentes encontram dificuldades com sua aparência e que tais dificuldades se agravam ainda mais quando relacionadas ao adolescente com deficiência física. Em um segundo momento, a autora explana que os pais deixam sob a responsabilidade das escolas os assuntos relacionados à sexualidade, porém nas escolas os professores encontram dificuldades em abordar essa temática devido à falta de formação especializada. Muitas vezes, os professores reproduzem seus próprios valores em suas explicações. No entanto, essas explicações devem ser correspondentes à pergunta feita pelos alunos e de acordo com a faixa etária deles. O artigo traz que as expressões sexuais de pessoas com deficiência física são dificilmente aceitas devido a crença de que essas pessoas não usufruem de uma sexualidade. O objetivo das oficinas foi o de trabalhar para interromper o processo de exclusão dentro daquele contexto educacional que os alunos com deficiência física estavam sofrendo em relação às aprendizagens sobre Educação Sexual; as oficinas foram feitas de modo a engajar os alunos com deficiência física das salas e nas atividades. Nestas foram respondidos questionamentos em relação à sexualidade, foram feitas provocações no sentido de incentivá-los a buscar informações referentes a temática; os alunos foram auxiliados na realização de atividades de outras disciplinas e envolvidos na realização das tarefas, mostrando como é possível fazer uma orientação sexual inclusiva na escola regular.

O artigo desenvolvido por Pinheiro Filho et al. (2010) aborda que os assuntos referentes ao planejamento familiar, sexualidade e prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) é uma tarefa difícil para educadores, profissionais da saúde e familiares tratar com adolescentes; quando se refere a jovens com deficiência auditiva, abordar essa temática torna-se ainda mais complicado, porém não menos importante. A sexualidade de pessoas com

deficiência auditiva está envolta de mitos e tabus, porém esta se desenvolve normalmente, mas toda esta mitificação coloca-os à margem da Educação Sexual. O objetivo deste artigo foi analisar comparativamente o conhecimento de estudantes com e sem deficiência auditiva de uma escola pública sobre DSTs e métodos contraceptivos e avaliar como esses dados podem repercutir na susceptibilidade de cada um dos grupos. A pesquisa foi realizada com alunos com e sem algum tipo de deficiência auditiva (98 alunos sem e 51 alunos com algum tipo de deficiência auditiva) de uma escola pública cearense. Caracteriza-se de uma pesquisa transversal do tipo descritiva. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário que contava com uma parte inicial para a identificação dos participantes, questões para a descrição da vida sexual dos participantes, perguntas sobre o conhecimento dos participantes sobre DSTs e perguntas sobre com que frequência os estudantes vão ao médico e sobre a forma como acreditam ser o uso correto dos anticoncepcionais hormonais orais (ACO). Os dados coletados foram analisados pelo programa EpiInfo. Como resultados foi obtido que 50,00% dos estudantes com deficiência auditiva referiram existir cura para AIDS contra 25,30% dos ouvintes; 92,90% dos ouvintes disseram que uso de preservativo protege contra AIDS/DST's, contra 43,10% dos alunos com deficiência auditiva. A maioria dos alunos típicos afirmou que procuraria um serviço de saúde caso alguma lesão típica de DSTs se manifestasse, enquanto 47,10% dos alunos atípicos não. Portanto, percebeu-se que há uma carência de informações sobre a temática abordada na pesquisa entre a população jovem com deficiência auditiva; mostrando que informações básicas relacionadas à Educação Sexual não estão chegando neste público, seja pela escola, família ou pela área da saúde.

Almeida (2010) aborda que a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual está cercada de preconceito e discriminação, colaborando para uma visão de que estas pessoas não têm direito de exercer sua sexualidade porque não são capazes. Os jovens com deficiência intelectual raramente são ouvidos sobre sua sexualidade e possuem poucos conhecimentos sobre essa temática, pois ficam à margem da Educação Sexual, por isso é imprescindível a implementação de programas de Educação Sexual no contexto escolar

adequados às necessidades deste público. Nesse sentido, o presente artigo teve por objetivo investigar e obter dados sobre os conhecimentos, as necessidades e sentimentos de pessoas com deficiência intelectual relativamente à vivência da sua sexualidade e elaborar uma proposta de intervenção pedagógica, em contexto escolar, com vista à Educação Sexual desses alunos. A pesquisa caracterizou-se por um estudo de caso e o instrumento para coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada. Foram entrevistados 3 jovens com deficiência intelectual com idades variando de 13 a 17 anos, que frequentavam uma escola pública usufruindo de um currículo específico individual. Como resultados obteve-se que os conhecimentos dos participantes sobre funções corporais, reprodução, nascimento, doenças sexualmente transmissíveis e métodos anticoncepcionais são limitados; que os sentimentos manifestados por eles em relação a namoro, casamento e paternidade/maternidade parecem ser equivalentes aos esperados para a sua idade e no contexto escolar são fornecidas algumas informações de forma incipiente sobre Educação Sexual. Em relação à proposta de um programa de Educação Sexual, foram identificados os seguintes conteúdos a serem trabalhados com os alunos com deficiência intelectual: conhecimento sobre o corpo e suas funções, exercício da sexualidade, distinção entre o público e o privado, os vários tipos de sentimentos, os relacionamentos interpessoais, conceitos e práticas básicas de saúde sexual e reprodutiva, práticas de cuidado diário do corpo, reforço da autoestima e da autoimagem positivas e assertividade para reagir a comportamentos não desejados. O artigo concluiu que é necessário que a sociedade com um todo, e focalizando a escola, criem, para as pessoas com deficiência, condições efetivas para a vivência saudável da sua sexualidade.

Maia e Vilaça (2017) trazem que a sexualidade é um direito inerente a todas as pessoas, no entanto exercer esse direito depende do enfrentamento de barreiras comunicativas e atitudinais referentes ao acesso à Educação Sexual que garante informações precisas; mas para isso é preciso que toda a sociedade colabore, porém sempre recai nos professores a responsabilidade pela Educação Sexual. Entretanto, abordar assuntos relacionados à Educação

Sexual em ambiente escolar para muitos professores torna-se uma tarefa difícil, mesmo esta sendo inserida no currículo oficial acadêmico. Assim, o objetivo deste artigo foi descrever as concepções de professores diante da sexualidade de alunos com deficiência, a partir de uma revisão de literatura, para propor uma capacitação de professores que os auxilie a desenvolver atitudes favoráveis à educação sexual de seus alunos. Portanto, trata-se de um estudo de revisão de literatura, sendo artigos procurados nas bases de dados Emerald, Science Direct, Springer, Taylor & Francis e na Scielo, utilizando as palavras-chave “sexuality education” e “disability” resultando em 83 artigos selecionados. Tais artigos foram organizados por categorias temáticas, sendo a categoria foco deste artigo: “Profissionais e Familiares”. Os resultados mostraram que os professores reconhecem que os seus alunos com deficiência intelectual (todos os artigos selecionados nesta categoria tratavam de alunos com deficiência intelectual); são seres sexuados e apresentam manifestações sexuais na escola; percebem que eles têm uma sexualidade exagerada e não compreendem os ensinamentos sobre esta; são favoráveis à educação sexual na escola, há alguns que não consideram que seja seu papel realizar a Educação Sexual; que apresentam certa dificuldade em abordar determinados assuntos; que na escola há carência de materiais específicos e que a participação da família é necessária nesses assuntos. Em relação a proposta de um Programa de Capacitação em Educação Sexual para professores, que este deve promover preparo técnico, auto-reflexão, flexibilidade, segurança, empatia, disposição para acolher as necessidades dos estudantes, sinceridade e considerar as histórias de vida dos alunos. Esse artigo mostra a importância da formação dos professores para abordar a Educação Sexual com alunos com deficiências.

4 DISCUSSÃO

A partir desta revisão de literatura é possível perceber que as práticas referentes à Educação Sexual destinada a alunos com deficiências em contexto educacional regular são ínfimas, mostrando que apesar da bandeira da inclusão estar hasteada, ainda há uma negligência muito grande em relação

aos processos educacionais de alunos com deficiências e isso inclui os assuntos relacionados à sexualidade. Como pode-se perceber por meio da análise das produções selecionadas, a sexualidade das pessoas com deficiências não é reconhecida, pouco se sabe a esse respeito e não há disseminação desses conhecimentos, por isso que este público acaba ficando de fora dos ensinamentos sobre Educação Sexual na escola regular.

Há necessidade de implementação de programas de Educação Sexual que sejam condizentes com a realidade das pessoas com deficiências, para trazer conhecimentos a elas, para informá-las e para dar subsídios para que elas possam viver sua sexualidade de forma plena e emancipatória. Para isso, tais programas devem ser contínuos e estruturados, envolvendo todos os agentes educacionais, não somente o professor de Educação Especial, bem como os conteúdos devem ser trabalhados de forma transversal ao currículo comum.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo pretendeu-se investigar, por meio da revisão de literatura, as produções acadêmicas desenvolvidas em escolas regulares a respeito da Educação Sexual destinada a alunos com deficiências. Os resultados obtidos por meio desse mapeamento indicam que a temática é pouca difundida visto a sua acanhada divulgação, mostrando que apesar de alguns avanços, os direitos afetivos e sexuais de pessoas com deficiências ainda são cercados de mitos e tabus e por isso as propostas de Educação Sexual destinada a elas é extremamente baixa em escolas regulares.

Assim, evidencia-se a necessidade de mais investigações desse cunho buscando disseminar um Educação Sexual inclusiva e de qualidade para todos os alunos com deficiências. O estudo também permite indicar pesquisas que proponham intervenções dentro dos muros escolares para que haja cada vez mais a universalização da Educação Sexual.

REFERÊNCIAS

ALMEIRA, P. A. P. F. P. C. A sexualidade na deficiência mental. **Saber & Educar**, 01, n.15, p. 1-9, 2010. Disponível em:

<http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/issue/view/5>. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Ministério da educação e cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES.

Disponível em: < <http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2017.

COSTA, J. S. Educação inclusiva e orientação sexual: dá para combinar?

Revista Psicologia, Ciência e Profissão. 20 (1), p. 50-57, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932000000100007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: ago 2020.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e Deficiência**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

_____. RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.16, n.2, 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14136538201000020002. Acesso em: out. 2019.

_____. VILAÇA, T. Concepções de professores sobre a sexualidade de alunos e a sua formação em educação inclusiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria. v. 30, n. 59, p. 669-680, set./dez. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28087>. Acesso em: ago. 2020.

PINHEIRO FILHO, et al. Análise do conhecimento sobre DSTs e planejamento familiar entre deficientes auditivos e ouvintes de uma escola pública de Fortaleza. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.16, n.1, p.137-150, Jan.-Abr., 2010. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382010000100011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: ago 2020.

SOUZA JUNIOR, P. R. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTQIIS. **Rev. de Gênero, Sexualidade e Direito**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/327269414_A_QUESTAO_DE_GENERO_SEXUALIDADE_E_ORIENTACAO_SEXUAL_NA_ATUAL_BASE_NACIONAL_COMUM_CURRICULAR_BNCC_E_O_MOVIMENTO_LGBTQIIS. Acesso em: out. 2019.